

GESTÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DEVE SER TRABALHADA DE FORMA AMPLA

1

» Sustentabilidade pressupõe não apenas cuidar do planeta, mas de si mesmo e dos outros

2

» Gestores podem estimular o trabalho interdisciplinar da temática, presente na BNCC

3

» Diálogo com a realidade local contribui para que discussão adquira sentido para os estudantes

“**N**ão é uma opção. Ou aprendemos a cuidar [de nós, dos outros, do planeta] ou perecemos”. Essa é a mensagem que um dos mais importantes filósofos contemporâneos, o colombiano Bernardo Toro, tem defendido em textos e palestras pelo mundo. Para ele, precisamos de um novo paradigma para a educação: o do cuidado. É preciso substituir a lógica da acumulação por uma ética do saber cuidar.

As ideias de Toro reforçam a necessidade de inserir a temática da sustentabilidade num contexto mais amplo que o cuidado com o Planeta, dando maior centralidade a ela na escola e reforçando o caráter multidimensional da educação ambiental. A construção de sociedades sustentáveis passa não só pelo debate sobre mudanças climáticas, mas também sobre valores e atitudes, envolvendo questões como direitos

humanos, ética e cidadania. Esse conceito mais amplo, aliás, é também o trabalhado pela ONU nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na Base Nacional Curricular Comum, o tema aparece entre as competências gerais:

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além da BNCC, a política de educação ambiental conta com algumas **diretrizes e normativas** que vêm sendo construídas ao longo do tempo, impulsionadas especialmente pela Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (**vide quadro**).

FUNDAMENTOS

No âmbito das escolas, vale destacar as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2013), nas quais a “sustentabilidade ambiental como meta universal” aparece como um dos pressupostos e fundamentos para um Ensino Médio de qualidade social. O documento destaca que na última etapa da Educação Básica:

“(…) há, portanto, condições para se criar uma educação cidadã, responsável, crítica e participativa, que possibilita a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente no qual as pessoas se inserem, em um processo educacional que supera a dissociação sociedade/natureza”.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) definem princípios e objetivos da educação ambiental, mas também

LINHA DO TEMPO

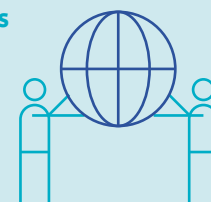
1992
Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).
Saiba mais

1999
Lei nº 9.795, institui a Política Nacional de Educação Ambiental: em seus artigos 2º e 3º trata da necessidade da existência da educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, bem como assegura a todos esse direito.
Saiba mais

2004
Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no MEC e a **incorporação da Coordenação Geral de Educação Ambiental por esta secretaria**
Saiba mais

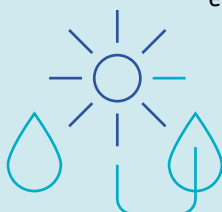


1997
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): traz “meio ambiente” como um dos temas transversais.
Saiba mais



2002
Decreto nº 4.281, regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental: cria o órgão Gestor, constituído pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do Ministério do Meio Ambiente/Ibama. explicita que todos os níveis de ensino deverão ser contemplados com a educação ambiental e determina sua integração às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente. Cita ainda como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais.
Saiba mais

2013
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: menciona a “sustentabilidade ambiental como meta universal” entre os pressupostos e fundamentos para um Ensino Médio de qualidade social.
Saiba mais



trazem orientações de caráter mais prático, relacionadas, por exemplo, à organização curricular:

“A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.”

PAPEL DO GESTOR

A abordagem interdisciplinar e transversal da educação ambiental possibilita que os estudantes desenvolvam uma visão sistêmica do conceito de sustentabilidade e o compreendam em toda sua complexidade, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

A equipe gestora desempenha aí papel fundamental, já que é responsável por promover esse diálogo entre os professores, criando espaços de troca, e vislumbrar as possíveis articulações entre os conteúdos que estão sendo trabalhados em cada disciplina. Trabalhar a educação ambiental nessa perspectiva contribui para que o tema esteja presente no currículo de forma mais orgânica e permanente.

Ainda é muito comum nas escolas a abordagem pontual do tema, em efemérides como “dia da água” ou “dia da Terra” ou por meio de ações que envolvem, por exemplo, a prática da reciclagem ou a construção de hortas, sem que se promova paralelamente uma discussão sobre consumo consciente e produção de lixo, entre outras questões.

Rachel Trajber - que esteve à frente da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC entre 2004 e 2012 - cita a criação das comissões de meio ambiente e qualidade de vida na escola como uma forma de trabalhar o tema de modo perene. A metodologia, batizada de Com-vida e disseminada pela Coordenação de Educação Ambiental nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio a partir de 2004, visa à criação de um espaço permanente para discussão e desenvolvimento de ações socioambientais, lideradas pelos estudantes.

As comissões ajudam ainda a dar concretude à questão da sustentabilidade e a mobilizar os estudantes ao envolver a população local e colocar em pauta questões que afetam diretamente o entorno. “A Com-Vida traz um foco para questão ambiental ligada à melhoria da qualidade de vida e não ao consumismo. Propõe uma visão crítica dessa sociedade em que a gente está vivendo e que é completamente insustentável”, afirma ela, que atualmente responde pelas ações educativas do Centro de Monitoramento de Desastres Naturais, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

EQUIPE GESTORA QUE CONFIA E APOIA

A professora Rosa Sousa, da Escola Estadual Profª Ilza Irma M. Coppio, de São José dos Campos (SP), trabalha há 14 anos com educação ambiental

seguindo princípios alinhados aos da Com-Vida. Na escola em que leciona, que integra o programa de educação integral da rede estadual, ela aborda a questão a partir do diálogo com a realidade local, o que contribui para que a discussão adquira sentido para o aluno e estimule o seu protagonismo. Após um momento inicial de sensibilização, a professora parte com a turma para um trabalho de campo, que envolve, por exemplo, acompanhar o percurso do rio Paraíba, que corta a região. “Com isso, a ideia é que eles percebam a paisagem, que tem problemas como ocupações em área de risco”, explica. Uma roda de conversa, em que os estudantes expõem suas impressões, é realizada no retorno à escola e um plano de ação é elaborado na sequência com o objetivo de fazer frente a alguma questão que a turma identificou como prioritária e cuja resolução está ao alcance da escola.

“O aluno precisa perceber qual o contexto da escola para que o projeto seja efetivo. Acho complicado fazer um projeto envolvendo recursos hídricos se você não está muito próximo a um rio onde ele pode perceber que existe um problema”, ressalta. “Ao trazer para discussão uma questão que faz parte da realidade daquela comunidade existe uma energia muito maior para trabalhar o tema. É fundamental que o projeto seja construído a partir do olhar dos próprios estudantes”.

A professora enfatiza que, ao longo de sua trajetória, a gestão sempre desempenhou papel essencial para que as ações relacionadas à educação ambiental efetivamente se concretizassem, seja dando autonomia para que ela realizasse o trabalho, seja oferecendo todo o suporte necessário. Um outro ponto salientado por ela é a inserção da educação ambiental no projeto político pedagógico (PPP) da escola, o que assegura que a temática seja assumida como um compromisso de toda a comunidade escolar. “No PPP da escola, tem que ter uma linha de educação ambiental que faça sentido para aquela comunidade. Assim, as ações precisam acontecer independentemente da disciplina e vão ter continuidade”.



PARA SABER MAIS

- **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** – Objetivos de Aprendizagem, Unesco (2017): bit.ly/AprendizagemODS
- **Para Bernardo Toro, novo paradigma da educação é aprender a cuidar** (entrevista), Instituto Net Claro Embratel (14/02/2017): bit.ly/EntrevistaBernardoToro
- **Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades** (artigo), Rachel Trajber e Michèle Sato, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/FURG (2010): bit.ly/artigoEscolasSustentaveis
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental** (2012): bit.ly/diretrizesEA
- **Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola Com-vida** - Série Documentos Técnicos, nº 10, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (2007): bit.ly/Com-vida-Doc_tecnico
- **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**, Secad/MEC (2007): bit.ly/EA_aprendizes

Aprendizagem em Foco é uma publicação quinzenal produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br

Para ler as edições anteriores, acesse: bit.ly/edicoesAprendizagemFoco

Produção editorial: Redação e edição Fabiana Hiromi e e Antônio Gois;

Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; Edição de arte Fernanda Aoki

